



CÂMARA
MUNICIPAL DE
MATÕES DO NORTE

MATÕES DO NORTE / MA	
PROC.	2607001/2021
FLS.	58
RUB.	n

PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADM Nº: 2607001/2021

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE

ASSUNTO:

Contratação de empresa para aquisição de material de identificação parlamentar, Quadros e Placas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Matões do Norte – MA.

Vem ao exame deste departamento Jurídico, o presente processo administrativo, que trata da Contratação de empresa para aquisição de material de identificação parlamentar, Quadros e Placas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Matões do Norte – MA, com a empresa **A C DE J SILVA JUNIOR E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ: 30.734.579/0001-87, localizada na Rua Boa Esperança, Casa 01, Cond Resid. Zeus IV – Angelin, CEP: 65.062-750 São Luis – MA, conforme o constante na Solicitação de Despesa anexa aos autos.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93:

Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária Exercício 2021, na forma seguinte:

ÓRGÃO.....: 01 Câmara Municipal de Matões do Norte
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.: 0101 Câmara Municipal de Matões do Norte
PROJETO/ATIVIDADE:01 031 0001 2.001 Manut. e Funcionamento das Atividades da Câmara Municipal
ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Ainda, de acordo com os documentos que instruem o presente pedido é possível verificar que o preço do item, está compatível com os valores praticados pelo mercado conforme pesquisas de preços.

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder

Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei n.º 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

No caso in concreto trazido no presente procedimento enquadra-se no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93:

(...)
II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei n.º 9.648, de 1998).

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração.


Não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior no prazo de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela realização da contratação direta.

É o parecer.

Matões do Norte – MA, 12 de agosto 2021.


Jeosafá Oliveira Costa
Assessor Jurídico
OAB/MA Nº 17.986